



Refletir sobre Democracia e Direitos Humanos e Educação nos obriga a identificar os mecanismos, cada vez mais presentes, de precarização da educação pública e de silenciamentos impostos aos/as professores/as e ao ato de educar, numa perspectiva humanizadora, crítica e transformadora. Nesse sentido, o texto abaixo nos alerta sobre os riscos da institucionalização de programas denominados “Escola Sem Partido” que impedem a liberdade de expressão na escola.



Direitos Humanos na sala de aula



Esse exemplar encerra as reflexões teóricas e práticas sobre o lema “Direitos Humanos e Educação: reinventar a democracia”, que orientou o ciclo de formação de educadores/as nesse ano.

Inspirados/as no quebra-cabeça do cartaz do lema 2018, iniciamos esse percurso, refletindo sobre o jogo de forças, silenciamentos e desafios presentes nas lutas atuais por direitos humanos e democracia. Nos exemplares seguintes, dirigimos nosso olhar para os elementos necessários para uma leitura crítica da mídia e da informação, bem como para pensar pistas e estratégias pedagógicas que nos ajudam a enfrentar as violências no contexto escolar. Nesse boletim, num ano marcado pelo aprofundamento do desemprego, da pobreza, perda de direitos sociais e de diversas manifestações de violência, estrutural, institucional, física e simbólica, dedicamo-nos a afirmar a necessidade de fortalecer os direitos humanos e a democracia participativa contra a barbárie e o fascismo social crescente no mundo contemporâneo.

Com certeza, vivemos tempos sombrios e muito difíceis. No entanto, fazendo memória dos 30 anos da Constituição Cidadã e dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como a oportunidade de votar em candidatas que possam contribuir para uma reação à essa lógica neoliberal e belicista, seguimos adiante, acreditando que pela ação coletiva é possível mudar. Tal qual Paulo Freire compartilhamos a ideia de que “Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.”

Grande abraço,

A Equipe

datas Significativas

- Outubro**
- 02 Dia Mundial da Juventude
 - 08 Dia do Direito à Vida
 - 12 Dia das Crianças
 - 17 Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
 - 15 Dia do/a Professor/a

- Novembro**
- 16 Dia Internacional da Tolerância (UNESCO)
 - 20 Dia Nacional da Consciência Negra
 - 20 Dia da Proclamação dos Direitos da Criança (ONU)
 - 25 Dia internacional de Combate à Violência contra a Mulher

“Escola sem partido”: imposição da mordça aos educadores.

Gaudêncio Frigotto¹

O cidadão atento e preocupado com a educação no Brasil, especialmente a básica, poderá perceber um processo de crescente desmanche de como é definida pela Constituição Brasileira: um direito social e subjetivo. Para metade da juventude brasileira, em plena segunda década do Século XXI, nega-se a etapa final da educação básica, o ensino médio e os que o alcançam o fazem em condições precárias. Mutila-se, assim, a perspectiva de futuro tanto da cidadania ativa quanto as possibilidades de integrarem-se ao mundo do trabalho de forma qualificada.

Tão preocupante ou mais, tem sido o processo de desqualificar a educação pública, único espaço que pode atender ao direito universal da educação básica, pois o mundo privado é o mundo do negócio. Esta desqualificação não foi inocente, pelo contrário, abriu o caminho para a gestão privada ou com critérios privados da escola pública mediante institutos privados, organizações sociais, etc. E, mais recentemente, para se apropriar por dentro, com a anuência de grande parte dos governantes, da definição do conteúdo, do método e da forma da escola pública.

Junto com esse processo os “denominados especialistas” pela mídia empresarial de TV e revistas semanais, veem sistematicamente desclassificando a formação e o trabalho docente justificando o sequestro de sua função. Sem meias palavras, os docentes são concebidos como entregadores dos conhecimentos definidos por agentes “competentes” sob a orientação de bancos, associações e institutos empresariais.

Os arautos e mentores da “Escola Sem Partido” avançam num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde. O que os projetos que circulam no Congresso Nacional, em Câmaras Estaduais Municipais, em alguns casos como Alagoas já aprovados, cuja matriz é a “Escola Sem Partido” liquidam a função docente no que é mais profundo - além do ato de ensinar, a tarefa de educar. Na expressão de Paulo Freire, não por acaso execrado pelos autores e seguidores da “Escola Sem Partido”, educar é ajudar aos jovens e aos adultos a “lerem o mundo”. Um dos argumentos basilares da “Escola Sem Partido” é a tese da “Liberdade de Ensinar”. O que se elimina e combate é justamente a liberdade de educar. O que era implícito desde a revolução burguesa, instruir sim, ainda que de forma diferenciada, mas educar não, agora é proclamado como programa de ação.

O que propugna a “Escola sem Partido” e a proposta que daí deriva constituem-se na esfinge que vai além do campo educacional. Uma esfinge para a sociedade brasileira decifrar e combater, antes que ela nos devore. Destaco aqui apenas alguns aspectos desta esfinge.

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um

partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente. Este é o lado mais voraz da esfinge.

Vale aqui transcrever um breve trecho da crônica O alarme de Luiz Fernando Veríssimo escrito em 2014. Nela o autor alerta sobre os sinais que rondam sobre nossas cabeças como o monólito observado pelos astronautas no filme de Stanley Kubrick 2001: Uma Odisséia no Espaço. Veríssimo se pergunta:

“Haveria um momento na vida das pessoas ou das sociedades em que funcionaria um alarme parecido com o que alertou o Universo para a chegada dos temíveis humanos, no filme. Pode-se especular sobre qual seria esse momento para um judeu na Alemanha, nas primeiras manifestações do nazismo, por exemplo. Seria a pregação racista do partido mesmo antes de assumir o poder? Seria o que já se sabia do pensamento de Hitler e outros teóricos do fascismo? Qual o exato instante em que este hipotético judeu se convenceu que era preciso fugir do holocausto que se aproximava?”

Para muitos, o aviso nunca veio, ou veio tarde. Muitos não acreditaram que o nazismo chegaria ao poder e depois aos seus excessos. E pagaram por não reconhecer o momento. Demorou algum tempo para que o resto do mundo se desse conta do que estava acontecendo na Alemanha nazista. O fascismo foi visto como um bem-vindo antídoto para a ameaça comunista. Já havia perseguição a judeus e outras minorias no país e a companhia Ford continuava fazendo negócios com a Alemanha - e continuou a fazer negócios depois do começo da guerra. Henry Ford era um notório antissemita, mas os produtores de Hollywood que desencorajavam críticas ao regime de Hitler nos seus filmes para não perder o mercado alemão eram todos judeus. Nenhum reconheceu o momento. Na falta de um sentinela para nos alertar que os bárbaros estão tomando conta, resta confiar no nosso instinto.²”

Nada mais explícito para o aviso da “Escola Sem Partido” e da “Liberdade para Ensinar”. As esfinges mais vorazes são aquelas que nos chegam pela incapacidade de vermos os sinais, pois elas se escondem sob o manto ideológico de “liberdade”, da formação competente para a competitividade e sucesso na vida dos negócios. Manto martelado pelos poderosos meios de comunicação que fazem parte desta ideologia e passam a moer os cérebros de pais, crianças e jovens e de corporações políticas contra a escola pública e os docentes por não ensinarem o figurino que a “arte do bem ensinar” manda.

A única leitura do mundo, da compreensão da natureza das relações sociais que produzem a desigualdade, a miséria, os sem trabalho, os sem teto, os sem terra, os sem direito à saúde e educação e das questões de gênero, sexo, etnia, cabe aos “especialistas” autorizados, mas não à professora e ao professor como educadores. Decreta-se a idiotização dos docentes e dos alunos, autômatos humanos a repetir conteúdos que o partido único, mas que se diz sem partido, autoriza a ensinar (...).

Todavia, face à brutalidade desta esfinge que paira sobre nossa sociedade vale reiterar a sinalização dada por Luiz Fernando Veríssimo: Na falta de um sentinela para nos alertar que os bárbaros estão tomando conta, resta confiar no nosso instinto.

¹Texto extraído do site escolasemmordaca.org.br. Acesso em 17/08/18.

²Ver: Luiz Fernando Veríssimo. O alarme. [HTTP://cultura.estadao.com](http://cultura.estadao.com)

Aconteceu!

Agradecemos a participação de todos/as no X Seminário Nacional do Movimento Socioeducativo “Reinventar a democracia: desafios para a educação”, marcado pelas reflexões e debates importantes que articularam direitos humanos e educação como componentes fundamentais para a democracia.





Sala de Aula em Movimento

Cara professora, caro professor, as atividades aqui propostas favorecem a capacidade de negociar, dialogar, participar e decidir, levando em conta o bem comum, elementos fundamentais para a afirmação da democracia e dos direitos humanos.

Temos Direito!

Celebrando o Dia do Professor/a, apesar das ameaças e de sua aprovação em Alagoas, em resposta aos vários projetos de Lei que transitam em todo país para instituir o Programa Escola Sem Partido, importante lembrar que o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal já deliberaram pela inconstitucionalidade de tal programa, que contraria o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, preconizado no art. 206 da Constituição.



http://escolasemmordaca.org.br/ Acesso em 17/08/18

Ensino Fundamental 1º, 2º e 3º anos

A proposta a seguir está inspirada no trabalho de Larissa Ribeiro, André Rodrigues, Paula Desgualdo e Pedro Markun, que produziram os livros infantis “Quem Manda Aqui” e “A Eleição dos Bichos”, um rico material sob licença CC BY-NC, que autoriza imprimir, copiar, modificar e compartilhar o conteúdo. Mais informações no site www.quemmanda aqui.com.br.

Trilhando os caminhos dos autores, propomos a produção de um livro que, de forma lúdica, possibilita a meninada vivenciar alguns aspectos da política.

Quem manda aqui?

Nos contos de fadas ou na vida real, o universo da criança é repleto de personagens que tomam decisões: reis e rainhas, xerifes e prefeitos, pais e professores. Mas, afinal, o que faz de um rei um rei? Quem dá ao outro o poder de decidir e por quê?

➔ Organizar uma roda de conversa e, a partir de imagens (castelo, floresta, casa, escola, cidade...), colocar em discussão as questões abaixo:

- ✗ quem manda ali,
- ✗ por que manda,
- ✗ quem decidiu que ele/ela manda,
- ✗ o que essa figura de poder tem direito de fazer,
- ✗ o que acontece quando alguém desobedece.

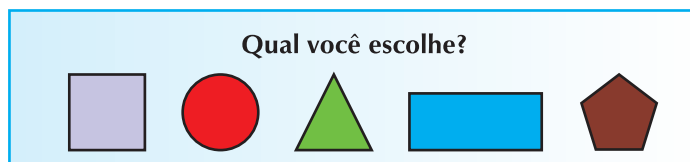
➔ Convidar a turma a fazer um livro de história contando sobre o que conversaram. Organizar grupos que serão identificados por formas geométricas (quadrado, triângulo, retângulo, círculo). Cada grupo escolhe livremente uma das imagens/lugar (castelo, floresta, casa, escola, cidade...) para desenhar, inclusive as pessoas que vivem lá - quem manda, quem obedece - e o que surgiu da discussão.

➔ Em seguida, os grupos apresentam os seus desenhos para a turma, explicando o que representaram.

➔ É hora de escolher os desenhos que vão entrar no livro e experimentar diferentes formas de decisão (monarquia e democracia).

✗ Um rei/rainha (uma criança) nomeado pelo/a professor/a escolhe os desenhos de um grupo para fazer o livro. Deixar um espaço para que a turma manifeste suas insatisfações e então perguntar: É legal assim? Todos estão satisfeitos? Alguém sugere outra forma de escolher os desenhos?

✗ Então, propor uma eleição para escolher os desenhos. Cada criança recebe uma cédula com as formas geométricas de cada grupo. Os eleitores fazem um X na forma geométrica correspondente ao grupo que, na sua opinião, fez os melhores desenhos para fazer parte do livro. Cada eleitor/a coloca sua cédula em uma urna. Os votos são apurados pelo/a professor/a e um representante de cada grupo. Voltar a questionar o processo de escolha: E agora, a escolha funcionou? Qual das duas maneiras é melhor? Por quê? Se a turma escolher a monarquia, questionar se é justo só uma criança ter o direito de decidir.



➔ Encerrar a atividade com a montagem do livro. Se possível, criar uma história coletiva para acompanhar os desenhos. Você pode continuar exercitando processos de escolha como, por exemplo, para o título do livro ou o que fazer com desenhos que não entraram no livro.

Ensino Fundamental 4º e 5º anos

Aqui, também, com base nos termos da licença CC BY-NC, as atividades propostas foram inspiradas no site www.quemmanda aqui.com.br. A ideia é brincar de democracia, tendo como tema o governo da cidade.

1ª atividade: O mestre mandou

➔ Um dos participantes é encarregado de ser o mestre que dará as ordens a todos/as, desde que sejam precedidas pelas palavras “O mestre mandou”. As ordens que não comecem com essas palavras não devem ser obedecidas.

➔ Combinar com os estudantes outras regras básicas da brincadeira, como por exemplo, o mesmo número de meninos e meninas para ocupar o papel de mestre, a forma de escolha do mestre, limitar o espaço onde a brincadeira vai acontecer e outras que a turma ache importante incluir.

➔ Após um tempo suficiente de brincadeira, perguntar: qual papel é melhor, mestre ou seguidor? Foi fácil seguir todos os mestres? Teve algum mais difícil? Por quê?

2ª atividade: A cidade

➔ Como desdobramento da atividade anterior, estimulá-los a pensar sobre quem manda na cidade onde moram. Lançar as perguntas: *Vocês sabem o que é um/a prefeito/a? O que ele/a faz?* Abrir um espaço para que os estudantes se manifestem a respeito do prefeito da cidade e refletir sobre a atuação do prefeito.

➔ Caso deseje aprofundar as funções de prefeito e de vereadores/as, consulte o material *O que faz o prefeito*, disponível no Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco.

➔ Fazendo analogia com a brincadeira, dizer que as leis, votadas pelos/as vereadores/as, deputados/as e senadores/as, são regras que estabelecem os direitos e os deveres dos governantes e do povo.

➔ Ampliar a conversa, pedindo que expressem quais são os maiores problemas da cidade (segurança, educação, transporte, saúde, lazer, saneamento, etc.). Registrar as respostas no quadro. Importante que todos/as possam opinar.

➔ Em grupos, pedir que elejam dois problemas que consideram mais importantes e suas possíveis soluções. O grupo deverá desenhar os problemas prioritários e suas propostas de solução.

➔ Ao final das apresentações, propor a elaboração de uma carta/e-mail coletivo para ser encaminhado ao/a prefeito/a e aos/as vereadores/as, cobrando a solução dos problemas apontados.

Ensino Fundamental 6º e 7º anos

Essa atividade tem como objetivo discutir a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, como um marco ético e político que deve orientar todas as nações e povos para promover uma cultura de paz.

➔ Iniciar a atividade contextualizando historicamente o significado da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, no dia 10 de dezembro de 1948, em resposta às atrocidades cometidas na 2ª Guerra Mundial.

➔ Fazer uma leitura coletiva do texto “Declaração Universal dos Direitos Humanos, versão popular de Frei Betto”, disponível no site do Observatório Educação em Direitos Humanos em Foco, na seção Biblioteca on-line.

➔ Em seguida, com objetivo de destacar os valores fundamentais que orientam a Declaração, apresentar a frase de Betinho.

“O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade afirmar cinco pontos fundamentais: igualdade, diversidade, participação, solidariedade e liberdade”.
(Betinho)

➔ Obs.: Numa perspectiva de educar em direitos humanos, as histórias de vida têm um papel importante. Daí, se possível, fazer um breve comentário sobre a vida de Betinho, destacando sua atuação na defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

➔ Solicitar que identifiquem no texto de Frei Betto os direitos humanos da Declaração Universal que correspondam a cada um dos 5 pontos fundamentais para o desenvolvimento humano, assinalados na frase. Registrar as respostas no quadro ou numa folha de papel pardo.

➔ Dividir a turma em 5 grupos e convidá-los/as a criar mídias ou atividades que afirmem a igualdade, a diversidade, a solidariedade, a participação e a liberdade, como por exemplo: vídeos, cartazes, slogans, cartoons, jingles, eventos, etc.

➔ Como culminância, compartilhar as produções na comunidade escolar para celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Ensino Fundamental 7º, 8ª e 9º anos



<https://www.congressonacional.leg.br/fale-conosco/formulario> Acesso em 17/08/18.

No contexto do período eleitoral e dos 30 anos da Constituição Cidadã de 1988, essa atividade oferece alguns elementos que ajudam a refletir sobre a importância dos direitos sociais e da participação para afirmar a democracia.

➔ Disponibilizar a turma em círculo e apresentar a música “Que país é este? da Banda Legião Urbana.

➔ Pedir que, livremente, comentem sentimentos e inquietações que a música nos provoca. Estimulá-los/as a identificar versos que consideram mais significativos e situações concretas da realidade brasileira que aponta.

➔ Contextualizar, brevemente, o momento histórico da gravação da música, em 1987, ano em que o Congresso Nacional estava reunido para elaborar a Constituição Democrática, após 21 anos de Ditadura Militar.

➔ Indagar sobre o que entendem por Constituição e Democracia. Registrar os significados atribuídos aos conceitos no quadro.

➔ Quando sentir que o levantamento do conhecimento prévio foi suficiente para a compreensão de tais conceitos, apresentar, formalmente, as seguintes definições:

Constituição: conjunto das leis, em geral, votadas por representantes do povo, que estabelecem os direitos e deveres de instituições e da população de uma nação.

Democracia: palavra de origem grega, demo = povo e cracia = governo, ou seja, governo do povo. A democracia se opõe à ditadura. Na democracia, as pessoas têm o direito de participar da vida política, ter liberdade de expressão e de manifestar suas opiniões.

➔ Em seguida, apresentar o art. 6 da constituição de 1988.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados na forma desta Constituição.

➔ Promover um breve debate, exemplificando a importância dos direitos sociais expressos na Constituição.

➔ Em grupos, pedir que respondam às questões:

- ✗ a) Que direito social é mais desrespeitado em sua comunidade?
- ✗ b) Que atitudes/ações poderiam contribuir para garantir esse direito?

➔ Montar um painel, solicitando que cada grupo apresente e coloque suas respostas.

➔ Fazer uma síntese das respostas, destacando a importância da participação e da democracia para a afirmação e garantia dos direitos sociais.

➔ Como desdobramento, sugerimos:

✗ 1 - Trazer a discussão para o contexto educacional, buscando identificar atitudes e ações que contribuam para afirmar a democracia e o direito à educação no cotidiano da escola.

✗ 2 - Em sintonia com o processo eleitoral, realizar atividades que discutam a importância do voto consciente. Para tanto, é possível consultar o documento GUIA DO ELEITOR - manual do cidadão consciente, disponível na Biblioteca do site do Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco.

Enriquecendo a Ação:

Materiais online:

➔ “Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira”, organizado pelo professor Gaudêncio Frigotto, disponível na Biblioteca do site do Observatório de Educação em Direitos Humanos.

➔ “Quem manda aqui?” Um livro sobre política para crianças”, de André Rodrigues, Larissa Ribeiro, Paula Desgualdo e Pedro Markun, disponível em www.quemmanda aqui.com.br.

Livros infantis:

➔ “A Eleição dos Bichos” de Larissa Ribeiro, André Rodrigues, Paula Desgualdo e Pedro Markun. Companhia das Letrinhas. 2018.

➔ “A democracia pode ser assim”. Equipe Plantel. 2015. Organizadores: Flavio Aguiar e Og Doria. O livro apresenta o conceito de democracia a partir de imagens próximas do cotidiano das crianças, tomando como exemplos a hora do recreio e o jogo: atividades em que todos que participam têm de tomar decisões e assimilar suas regras.